

Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”

Public university and counter-revolution: from “crossing a bridge” to the “path of prosperity

Kátia Lima*

Resumo – O texto tem como objetivo apresentar um conjunto de reflexões teóricas sobre o fim do governo de coalizão de classes e a ascensão da extrema direita no Brasil, problematizando como as alterações na configuração histórica e espacial da luta de classes incidem na política de educação superior. Recuperando o profícuo instrumental analítico de Florestan Fernandes, consideramos que está em curso uma nova fase da contrarrevolução burguesa preventiva, que, marcada pela natureza antissocial e violenta da burguesia brasileira articulada ao imperialismo, conduz o aprofundamento da mercantilização da universidade pública e da ofensiva reacionária na educação. Tal aprofundamento indica a tarefa urgente e necessária de defesa da educação pública, lócus privilegiado da produção crítica e criativa do conhecimento.

Palavras-chave: contrarrevolução burguesa; formação social brasileira; educação superior pública.

Abstract – The text aims to present some theoretical reflections on the end of class-coalition government and the rise of the far right in Brazil, problematizing how the changes in the historical and spatial configuration of the class struggle affected policies on higher education. Recovering Florestan Fernandes’s analytical instrumental proficiency, we consider that it is at course a new phase of the preventive bourgeois counter-revolution, which is marked by the antisocial and violent nature of the Brazilian bourgeoisie, along with imperialism, and conducts a series of actions to deepen the commodification of the public university and the reactionary offensive in education. Such deepening indicates the urgent and necessary task of defending public education, which is a privileged locus of critical and creative knowledge production.

Keywords: bourgeois counter-revolution; Brazilian Social Formation; Public Higher Education.

* Doutora em Educação pela UFF. Professora Associada da Escola de Serviço Social da UFF. E-mail: katiasilima@ globo.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2603-3690>.

Introdução

Este texto apresenta parte dos estudos realizados em grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Examina o significado político, econômico e social das ações do Governo Federal (2003/2019) com vistas ao ajuste fiscal, bem como a implicação destas ações para a educação superior em tempos de contrarrevolução burguesa.

Em um primeiro momento, o artigo aborda as diferentes fases da contrarrevolução no Brasil: da fase conduzida pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003/2016), caracterizada pela política de conciliação de classes, ao período pós-*impeachment*, nos Governos Michel Temer (2016/2018) e Jair Bolsonaro (2019/em curso), de aprofundamento dos ataques aos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Tal abordagem crítica está ancorada na interlocução com a obra do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes. A recuperação deste profícuo instrumental analítico nos auxilia a perceber as particularidades da contrarrevolução em um país marcado pelo caráter ultraconservador da sua burguesia nativa, como indicava Fernandes (1975).

O item *Educação superior: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”* analisa o contexto de aprofundamento da regressão de direitos realizado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (2016/2018) e pelo Partido Social Liberal (PSL) (2019/em curso) a partir do exame de cinco documentos: (i) Uma ponte para o futuro, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, 2015); (ii) Emenda Constitucional n. 95/2016, (proposta de emenda à Constituição, ou PEC dos Gastos Públicos 241, na Câmara Federal, e 55, no Senado Federal (BRASIL, 2016); (iii) *A travessia social - Uma ponte para o futuro* (PMDB, 2016); (iv) *Manifesto à nação: Brasil para os brasileiros*, divulgado pela Frente Parlamentar Evangélica (2018); e (v) *O caminho da prosperidade- Proposta de plano de governo* (Bolsonaro), do Partido Social Liberal (PSL, 2018).

A análise dos referidos documentos evidencia que está em curso uma nova fase da contrarreforma do Estado e da educação superior, operacionalizando a contrarrevolução preventiva pela dura ofensiva à educação pública em sua dupla face: o aprofundamento da sua mercantilização e a busca do silenciamento do conhecimento crítico pela captura da subjetividade de professores e estudantes. Por fim, o texto problematiza as tarefas urgentes e necessárias de defesa da universidade pública e gratuita, como lócus privilegiado da produção do conhecimento científico e tecnológico, em um contexto de ofensiva reacionária na educação pública.

Capitalismo dependente, ajuste fiscal permanente e contrarrevolução

Florestan Fernandes (1968) analisando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, inscreve-o como parte da expansão do mundo ocidental e do papel que a colonização portuguesa desempenhou nesta expansão pela revitalização do regime estamental, que articulou grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial. A emancipação jurídico-política disfarçava os novos laços da dependência marcados pela transplantação de gente, de técnica e de instituições vindas da Europa, caracterizando o processo que Fernandes (1968) denominou como “condição colonial permanente”.

Identificando os requisitos estruturais e dinâmicos das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Fernandes (1968, 1975) considera que a natureza da burguesia brasileira será forjada na configuração do padrão compósito de hegemonia burguesa, que faz com que a burguesia associe-se, historicamente, ao imperialismo e aos setores mais arcaicos da economia brasileira, operando, simultaneamente, o padrão dual de expropriação do excedente econômico. Assim, a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores no Brasil é repartida entre burguesia internacional e burguesia brasileira enquanto duas faces do mesmo projeto de dominação.

A transição entre extinção do sistema colonial e a implantação do trabalho livre, vendido como mercadoria, ocorreu, desta forma, sob processos muito bem definidos. Fernandes (1968) considera que o mercado de trabalho não funciona, no capitalismo dependente, segundo os requisitos de uma economia capitalista competitiva, à medida que não preenche a função de incluir todos os vendedores reais ou potenciais da força de trabalho. Isso porque a mercantilização do trabalho ocorre nos marcos da sobrevivência das economias de subsistência e das formas extracapitalistas dessa mercantilização, orientadas por uma mentalidade especulativa predatória.

Este processo evidencia como os padrões de dominação externa estão associados à submissão consentida da burguesia brasileira nos marcos do padrão compósito de hegemonia e do padrão dual de expropriação do excedente econômico. Não devemos, portanto, entender a burguesia brasileira como uma burguesia “fraca”, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países imperialistas, pois esses necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar o seu projeto hegemônico.

A composição política entre setores conservadores, que inclusive acomoda os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe, e a exclusão sistemática dos trabalhadores não constituem fenômenos historicamente datados, mas são características inerentes à natureza das burguesias

dos países capitalistas dependentes. Assim, o padrão compósito de hegemonia e o padrão dual de expropriação do excedente econômico são traços constitutivos, isto é, estruturantes da dominação de classe, denotando o perfil ultraconservador da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas; de privilégio da lucratividade do capital e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais.

Esta “modalidade duplamente rapinante do capitalismo” (FERNANDES, 1981, p. 40) forja uma mentalidade burguesa extremamente reacionária, egoísta e estreita, realizando uma superexploração da força de trabalho que gera setores da classe trabalhadora apartados do acesso às condições mínimas de vida inerentes ao próprio capitalismo. Além disso, “coexistem com a massa dos despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade sócio-econômica, à exclusão cultural e política etc.” (FERNANDES, 1981, p. 37). A configuração da luta de classes no capitalismo dependente se estabelece, assim, pelo uso da violência como um traço estruturante, constitutivo da sua lógica de funcionamento. Portanto, a burguesia brasileira não *está* violenta, ela *é* violenta, ou, nas palavras de Fernandes (1975, p. 41):

Sob um novo clima de temor pânico, de compulsão repressiva e de abuso do poder político institucionalizado, as classes sociais possuidoras e privilegiadas tentam reconstituir a grande façanha política da oligarquia tradicional, aplicando à participação social ampliada das massas no poder o modelo desmoralizado da democracia restrita.

Violência e sobre-expropriação são elementos estruturantes da natureza da burguesia brasileira. A expansão do capitalismo dependente realiza a renovação, com novas aparências, do próprio capitalismo dependente, reforçando a concentração de renda, do prestígio social e do poder. Faz, assim, com que a frágil democracia restrita, sob qualquer ameaça mínima à estabilidade da ordem burguesa, adquira a feição de uma catástrofe eminente, provocando estados de extrema rigidez estrutural.

Neste quadro analítico, as crises sistemáticas do capitalismo, que constituem uma contradição insolúvel deste sistema, tornam a contrarrevolução, concebida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia para garantia da reprodução do projeto burguês de sociabilidade, um processo permanente, que ora se materializa em práticas ostensivamente repressivas e autoritárias, ora se metamorfoseia e se recicla através de projetos de democracia restrita de acordo com as configurações históricas e espaciais da luta de classes (FERNANDES, 1980).

Em um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial, pelo padrão compósito de hegemonia e pelo padrão

dual de expropriação do excedente econômico, a contrarrevolução burguesa ganha contornos bastante definidos. Recuperando as análises de Florestan Fernandes (1975, p. 362), podemos identificar a contrarrevolução no Brasil de duas formas: “a quente” e “a frio”. A primeira expressa uma ação violenta, associada ao regime burguês-militar e ao Estado autocrático burguês. A segunda forma de identificação está articulada com a existência de “fases seguras e construtivas da contrarrevolução” (FERNANDES, 1975, p.347). As ações contrarrevolucionárias “a frio” demonstram a capacidade da burguesia brasileira de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista.

Para a realização das ações contrarrevolucionárias “a frio”, a burguesia brasileira adotou uma estratégia de contrarrevolução preventiva, na qual três aspectos foram fundamentais: (i) estabelecer um pacto de dominação entre as frações da burguesia, em sua dupla face: brasileira e internacional; (ii) construir alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora; e (iii) limitar as lutas dos trabalhadores à ação constitucional e parlamentar, estimulando o aburguesamento das suas burocracias sindicais e partidárias pela defesa da política de conciliação de classes.

As análises de Florestan Fernandes (1991, p.82-83) demonstram que a contrarrevolução “a frio” estava em curso no período 2003/2016, pois, “basta incorporar um setor mais amplo da vanguarda operária e das burocracias sindicais ou partidárias do proletariado às classes médias, para convertê-los em burgueses e em cavaleiros andantes da democracia burguesa”. A contrarrevolução “a frio” realizada no período acima indicado pode ser observada desde o início do Governo Lula da Silva.

Sem coragem para enfrentar os interesses externos e internos que sustentam a ordem estabelecida, o governo do PT converteu-se no contrário do que se esperava e, sem pruridos ideológicos, optou pela continuidade do ajuste ortodoxo, aceitando docilmente a tutela do mercado financeiro e dos organismos financeiros internacionais sobre a política econômica. (SAMPAIO JR., 2017, p. 52).

A política de conciliação de classes adquire um caráter específico: é a manifestação da contrarrevolução preventiva no Brasil no período de 2003/2016. Este desdobramento do processo contrarrevolucionário foi possível na medida em que a burguesia brasileira combinou repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora; porém, uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídica e política formal que conviveu com as desigualdades socioeconômicas (DIAS, 2004).

Houve uma ampliação restrita e conduzida pelas lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora organizadas no Partido dos Trabalhadores(PT) (Lula da Silva a Dilma Rousseff), em associação, no período de 2003 a 2005, com o Partido Liberal(PL) (José Alencar, vice-presidente da República); de 2005 a 2010, com o Partido Republicano Brasileiro(PRB)

(também com José Alencar como vice-presidente da República); e de 2011 a 2016, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (Michel Temer, vice-presidente da República). O tributo colonial da dívida pública e a lógica do ajuste fiscal permanente¹ constituíram o fundamento político-econômico das principais ações do Governo Federal no período 2003/2016, materializando o padrão compósito de hegemonia e o padrão dual de expropriação do excedente econômico historicamente vigente no Brasil².

No contexto interno de crise econômica e política, como expressão da crise mais ampla do capitalismo acirrada na segunda metade de 2008³, o Governo Federal, apesar de manter a política de concessão ao capital⁴, tendo como pauta central o ajuste fiscal e operando um misto de criminalização das lutas sociais⁵, encontrou-se pressionado por novas disputas, marcado, também, pelo aumento da efervescência social ocorrida no ano de 2013 (SAMPAIO JR., 2017).

Em meados do ano de 2016, o término de uma fase da contrarrevolução estava anunciado. As frações da burguesia brasileira conduzidas especialmente pelas empreiteiras e pelo agronegócio e comandadas pelo capital financeiro operaram a forma clássica de enfrentamento do capital às crises: o *impeachment* (instrumento jurídico previsto na Constituição Federal) tornou-se um golpe conduzido sem qualquer prova material.

Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, em 2016, o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia, em sua luta por seus interesses particularistas, sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, em 2019, sob a condução do Partido Social Liberal (PSL).

Como mencionado, realizaremos o exame de cinco documentos centrais do Governo Federal que apresentam o ajuste fiscal; o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e a redução do financiamento público das políticas públicas como eixos condutores. A partir desse exame, indicaremos um conjunto de reflexões sobre as alterações na política de educação superior no referido período.

¹ Vale lembrar que o documento *Um ajuste justo. Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, elaborado pelo Banco Mundial em 2017, foi solicitado pelo Governo Dilma Rousseff (BANCO MUNDIAL, 2017).

² A análise dos dados da política de ajuste fiscal realizada nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff está disponível em Lima (2017).

³ Sobre a especificidade da crise econômica mundial e sua intensificação no ano de 2008, consultar Sampaio Jr. (2017).

⁴ Cabe ressaltar que neste período (2003/2016) ocorreu a defesa de que estaria em curso no Brasil uma nova fase, apresentada como neodesenvolvimentismo, e caracterizada pelo aumento relativo do consumo por frações da classe trabalhadora. Concordamos, entretanto, com Sampaio Jr. (2012, p.672) quando afirma que “o neodesenvolvimentismo é um rotulo oco”. Para aprofundar este debate, consultar Sampaio Jr., (2012).

⁵ A Lei Antiterrorismo (13.260/2016) é uma das referências mais evidentes das ações de criminalização dos movimentos sociais no período 2011/2016.

Educação superior: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”

Neste contexto, mais precisamente em outubro de 2015, foi divulgado o documento intitulado *Uma ponte para o futuro*, elaborado pela Fundação Ulisses Guimarães, do PMDB. O documento é apresentado como um programa de governo que se destina ao desenvolvimento da economia brasileira pelo enfrentamento da crise fiscal gerada com as despesas públicas e a paralisação dos investimentos privados. Considera que o papel do Estado é “[...] distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade” (PMDB, 2015, p.4). O Estado é concebido como incentivador da iniciativa privada e condutor do ajuste fiscal, pois, segundo o referido documento, “sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais” (PMDB, 2015, p. 5).

O documento critica as despesas públicas aprovadas com a Constituição Federal de 1988, especialmente as despesas obrigatórias ou vinculações constitucionais e os benefícios previdenciários. Além disso, anuncia a pauta política do Governo Temer: (i) o aprofundamento da política de pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, em detrimento do financiamento público das políticas públicas; (ii) as desvinculações das receitas da União, especialmente dos gastos com saúde e educação públicas; e (iii) a contrarreforma da Previdência Social.

Para garantir o ajuste fiscal, o documento reivindica a autonomia absoluta do Governo Federal na organização do orçamento anual da União, isto é, “acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação [...]” (PMDB, 2015, p.9), e o fim dos reajustes automáticos, seja para salários, seja para benefícios previdenciários. Elimina a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo, defendendo a necessidade de “[...] ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados” (PMDB, 2015, p. 11).

As políticas apresentadas no documento *Uma ponte para o futuro* serão materializadas pela aprovação, pelo Senado Federal, em 13 de dezembro de 2016, da Proposta de Emenda à Constituição 55 (PEC dos Gastos Públicos), atual Emenda Constitucional 95/2016, e pelo documento intitulado *A travessia social – uma ponte para o futuro*.

A Emenda Constitucional 95/2016 foi promulgada depois de tramitar, na Câmara, como Proposta de Emenda à Constituição 241 e, no Senado, como PEC 55. A EC 95/2016 institui o novo regime fiscal, limitando os gastos públicos por 20 exercícios financeiros, ou seja, por 20 anos (BRASIL,

2016). Tal regime fiscal implica o congelamento dos investimentos públicos nas políticas públicas, na medida em que revoga a vinculação das despesas com saúde e educação aos percentuais da receita líquida da União.

Disso resulta que os investimentos públicos em saúde e educação terão, em termos reais, os mesmos valores de 2017, desconsiderando o crescimento da população brasileira e as demandas sociais pela ampliação do acesso à saúde e à educação públicas. Além do congelamento na alocação das verbas públicas para as políticas públicas, a EC 95/2016 congela os reajustes salariais de funcionários públicos e a realização de concursos públicos. Apesar das lutas da classe trabalhadora contra a aprovação da “PEC do fim do mundo”, a mesma foi promulgada, como EC 95, em 15 de dezembro de 2016.

O documento intitulado *Travessia social – uma ponte para o futuro*, elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, foi divulgado em 2016, apresentando a política do Governo Federal para os programas sociais. A leitura atenta do documento revela que a manutenção do padrão dependente de desenvolvimento, associado ao padrão dual de expropriação do excedente econômico e ao padrão composto de hegemonia burguesa, está expressa nas concepções do papel do Brasil na economia mundial como exportador de *commodities* minerais e agrícolas, assim como, do Estado como condutor do arcabouço jurídico que opera a contrarreforma trabalhista e a revisão do sistema tributário. Dessa forma, atende aos interesses econômicos de parceiros privados internacionais e locais.

O documento considera que o país vive dois círculos viciosos: o primeiro diz respeito ao equilíbrio fiscal e o segundo trata da relação entre situação fiscal e políticas sociais. Para o enfrentamento dos dois círculos, o documento propõe três ações articuladas: “buscar o equilíbrio fiscal, retomar o crescimento e ampliar as boas políticas sociais” (PMDB, 2016, p.6), isto é, o corte na alocação de verbas públicas para as políticas públicas e o favorecimento da movimentação do setor privado nas áreas de maior lucratividade, inclusive a educação superior.

É neste contexto que se inscrevem as reconfigurações na política de educação superior. A privatização da educação superior conduzida historicamente no Brasil, não foi alterada no período 2003-2016, conforme demonstram os dados do Censo da Educação Superior. No ano de 2010, último ano do Governo Lula da Silva, do total de 2.377 instituições de ensino superior (IES), 278 eram públicas e 2.099 eram IES privadas. Em relação ao número de matrículas de graduação, do total de 6.379.299 estudantes matriculados, 1.643.298 cursavam graduação em IES públicas, enquanto, que 4.376.001 estavam matriculados em instituições privadas (INEP, 2011). No mesmo período (2003-2010), ações como o Programa Universidade para Todos(ProUni) (Lei n.11.096/2005) e, especialmente, o Fundo de Financiamento Estudantil(Fies) (Lei n.10.260/2001) tiveram centralidade para o fortalecimento do setor privado de educação superior.

No período 2011-2016, a lógica privatizante da educação superior foi mantida, como demonstra o exame do Censo da Educação Superior de 2016. Do total de 2.407 IES, 296 eram públicas e 2.111 eram IES privadas. Entre as IES privadas, 88,4% eram formados por faculdades isoladas. Em relação ao número de matrículas de graduação, “as IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.058.623) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 24,7% (1.990.078)” (INEP, 2016, p. 5).

A política de fortalecimento do setor privado foi conduzida, inclusive, pelas alterações no Fies, especialmente a Lei nº 12.513/11, que incluiu a possibilidade de financiamento a estudantes da educação profissional e tecnológica, em caráter individual ou coletivo, através das empresas. Tais alterações na legislação operaram a criação de duas novas modalidades: o Fies técnico e o Fies empresa.

Tal fortalecimento do setor privado como diretriz geral para a política de educação superior foi mantido na Lei n.13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação(PNE) 2014/2024. Em relação à educação superior, as metas 12, 13 e 14 do PNE tratam, respectivamente, da elevação da taxa de matrícula neste nível de ensino, da qualificação do corpo docente e da elevação do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) (BRASIL, 2014). As estratégias para alcançar as metas estão relacionadas com a expansão e a reestruturação político-pedagógica do Programa Reuni; a expansão do Fies, para a graduação e a pós-graduação *stricto sensu*, inclusive a distância; o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e a ampliação do ensino a distância (EaD), através da Universidade Aberta do Brasil(UAB) (LIMA, 2015; COLEMARX, 2016; MINTO, 2018).

O PNE 2014/2024 criou o arcabouço jurídico para a consolidação do Fies por sua ampliação para a graduação presencial e a distância e a pós-graduação *stricto sensu*, em consonância com a Portaria Normativa nº 15, de 1º de julho de 2014, que expandiu o Fies para os cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado recomendados pela Capes. Além destes aspectos, a Meta 20, que trata da ampliação do investimento público em educação, indica que o patamar de 10% do PIB deverá ser atingido em dez anos. Quando analisamos o conteúdo desta meta, articulado com a indicação do Fies como fonte de financiamento da educação superior, evidencia-se de que forma o PNE privilegia os subsídios públicos para o setor privado da educação.

A lógica privatizante que caracterizou o período 2003/2016 será aprofundada e ampliada no Governo Michel Temer (2016/2018). Como afirmamos anteriormente, o tripé ajuste fiscal para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública; diminuição da alocação da verba pública para o financiamento das políticas públicas, entre estas a educação superior, e fortalecimento do setor privado via fundo público constitui o eixo condutor da contrarreforma do Estado e da educação superior no referido período.

A Sinopse Estatística da Educação Superior, divulgada pelo Inep (2017) e atualizada em setembro de 2018, apresenta os seguintes dados: no referido ano, do total de 2.448 instituições de ensino superior no Brasil, 296 são públicas e 2.152 são instituições privadas. Deste total de 2.448 IES, 199 são universidades, 189 são centros universitários, 2.020 são faculdades isoladas e 40 são institutos federais e Cefets. Em relação ao número de matrículas na graduação, encontramos a seguinte distribuição: do total de 8.286.663 matrículas, 2.04.356 são em IES públicas e 6.241.307 estão concentradas em IES privadas. Desse modo, a análise dos dados apresentados pelo Inep (2017) demonstra a intensificação da privatização da educação superior. Se em 2010 as matrículas nas IES privadas somavam 4.376.001; em 2017 essas matrículas alcançam números ainda maiores: 6.241.307.

O fortalecimento do setor privado, especialmente pelo Prouni e Fies, está articulado à redução da verba pública alocada para a educação superior pública. Segundo informações da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2017, sn.p.):

O orçamento de 2017 já representou corte significativo em relação ao de 2016 (6,74% nominal na matriz de custeio, 10% no programa de expansão Reuni, 40,1% em capital, 3,15% do Programa Nacional de Assistência Estudantil e mais 6,28% de inflação no período) e o orçamento para 2018 mantém os valores da matriz de 2017, reduz o Reuni em aproximadamente 11% e não recompõe a inflação do período, além de desconsiderar a expansão do sistema.

Se projetarmos a redução na alocação de verba pública para financiamento da educação superior pública nos próximos 20 anos, como preconiza a EC 95/2016, as perspectivas de agravamento da situação são ainda maiores. O outro lado da privatização e da mercantilização da educação superior evidencia-se na instituição do “Novo Fies” pela Medida Provisória nº 785/2017, que dividiu o programa em modalidades, extinguindo o período de carências e obrigando os estudantes a começarem a pagar imediatamente o financiamento logo após a conclusão do curso. Além disso, abriu a possibilidade para financiamento pelos bancos privados, garantindo, ao capital, a ampliação de uma lucrativa movimentação no promissor “mercado educacional”.

É neste cenário de intensificação da ofensiva burguesa que a extrema direita assume o poder, com a vitória eleitoral do Partido Social Liberal (PSL) para presidência da República. Tal ofensiva, contudo, não é fenômeno exclusivamente brasileiro. A contrarrevolução preventiva é global e conduzida com a hegemonia do capital financeiro e de seus parceiros nos países capitalistas dependentes. Ocorre no Brasil, na Argentina, em Honduras, e no Chile, sem mencionar, entre outros, o Governo Donald Trump, nos EUA.

A vitória eleitoral da ofensiva ultraconservadora no Brasil foi uma resposta reacionária ao Lulismo (2003/2016), que realizou um conjunto de ações dentro da ordem burguesa pelo acesso dos trabalhadores às políticas focalizadas no alívio da pobreza (UGÁ, 2004 e SAMPAIO JR., 2017). A burguesia brasileira, por sua natureza violenta, antissocial e antidemocrática, como analisamos na primeira parte deste artigo em diálogo com Florestan Fernandes, resiste sequer aos avanços relativos constitutivos da própria racionalidade burguesa.

O projeto reacionário do PSL apresenta como horizonte político o aprofundamento da pauta de ação política conduzida pelo Governo Temer (2016/2018), que teve no ajuste fiscal permanente a sua centralidade. Ao mesmo tempo em que opera a continuidade, apresenta novidades pelo alargamento da violência contra os “de baixo” e pela busca de silenciamento da crítica com a captura da subjetividade dos trabalhadores, tentando realizar, assim, o apassivamento das suas lutas.

O documento intitulado O caminho da prosperidade Plano de governo (Bolsonaro) foi apresentado com o slogan Brasil acima de tudo e Deus acima de todos, em uma clara referência aos princípios da Frente Parlamentar Evangélica. A análise cruzada do plano de governo e do documento intitulado Manifesto à nação: Brasil para os brasileiros, divulgado em outubro de 2018 pela referida frente parlamentar, demonstra como o plano de governo foi elaborado dialogando diretamente com os princípios da bancada evangélica.

No Manifesto, a Frente Parlamentar Evangélica apresenta um planejamento estratégico para o Governo Federal fundado em quatro eixos: “modernização do Estado”, “segurança jurídica”; “segurança fiscal” e “revolução na educação”. A “modernização do Estado”, conforme a proposta da Frente Parlamentar Evangélica, está alicerçada no “enxugamento” da máquina administrativa e na ampliação das parcerias com o setor privado. Neste sentido, reivindica uma nova fase na contrarreforma do Estado brasileiro nos seguintes termos:

O material da Reforma do Estado, introduzida na Administração Pública Federal na década de 90 do século passado, já trazia em seu bojo a separação das atividades típicas de Estado (como o poder de polícia), daque-las passíveis de cessão em diversas modalidades à iniciativa privada e/ou à sociedade civil organizada. (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 18).

A “segurança jurídica” é identificada como a ação que operacionaliza o respeito aos contratos para viabilizar novos investimentos estrangeiros, pois,

A insegurança jurídica é algo que, infelizmente, marca a história da nação brasileira, sendo o maior entrave aos desenvolvimentos

econômicos e sociais do Brasil. Fator especialmente relevante na dificuldade que o país tem para conquistar investimento estrangeiro de viés produtivo, dar à segurança jurídica e o respeito aos contratos status constitucional, sinaliza ao mundo que o Brasil se esforça no sentido de obter um novo patamar na relação entre Estado e administrados. (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 30).

A “segurança fiscal” apresenta quatro linhas de sustentação: a modernização tributária, a modernização previdenciária, a responsabilidade fiscal e a modernização comercial. Tem como centralidade a compreensão de que garantir “superávits primários consecutivos é medida de higiene institucional, pois, disso depende a saúde da economia nacional e das instituições do país” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 36).

O conteúdo programático do eixo “revolução na educação” articula a meritocracia, como a base de um sistema educacional de sucesso, com a concepção da escola sem ideologia e sem partido, criticando explicitamente o que identifica como “ideologia de gênero” e a “instrumentalização das escolas e universidades públicas a serviço de ideologias totalitárias e ditaduras comunistas” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 55)⁶. No que trata especificamente do “novo” ensino superior brasileiro, o documento apresenta a necessidade de “libertar a pós-graduação Mestrado e Doutorado da repressão aos professores, pela CAPES. Rever todos os métodos de uso do dinheiro público. Rever o Ensino Superior e modernizar a Graduação” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p.56). Para tal, propõe que os docentes de mestrado e doutorado orientem mais de oito estudantes e que “todos os graduandos e pós-graduandos em universidades públicas trabalhem por um semestre para uma turma de analfabetos, da criança ao idoso, em todo o território nacional”.

Baseando suas argumentações no estudo *Um ajuste justo: análise de eficiência e equidade do gasto público no Brasil*⁷, divulgado pelo Banco Mundial em 2017, o documento considera que “os alunos nas universidades públicas custam, em média, duas a três vezes mais do que os alunos matriculados nas universidades privadas” (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 59).

Estes quatro eixos estarão presentes no documento *O caminho da prosperidade – Plano de governo* (Bolsonaro). O plano de governo parte da mesma premissa defendida pela frente parlamentar: “é preciso devolver o Brasil para os brasileiros”, argumentando que “nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (PSL, 2018, p. 8). Criticando o que identifica como “o legado do PT de ineficiência e corrupção” (PSL, 2018, p. 13), o documento defende como princípios funda-

⁶ Consultar OLIVEIRA e BATALHA (2017) e PENNA (2017).

⁷ Ver nota 1 deste artigo.

mentais a propriedade privada; o liberalismo econômico e uma nova forma de governar, que tem na “redução do tamanho do Estado” uma das suas ações principais, assim como defendido no documento da Frente Parlamentar Evangélica.

O plano de governo apresenta três linhas de ação para o Governo Federal no período 2019/2022: “segurança e combate à corrupção”; “melhorar a saúde e educar sem doutrinar” e “emprego e renda com equilíbrio fiscal”. No que diz respeito à primeira linha de ação (“segurança e combate à corrupção”), indica como políticas do Governo Federal, entre outras, (i) a reformulação do Estatuto do Desarmamento, (ii) tipificar as “invasões” de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro como terrorismo e (iii) o fortalecimento das Forças Armadas.

Em relação à educação, o documento é bastante claro: “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico” (PSL, 2018, p. 41, grifos no original). Para tal, defende mudar a gestão escolar; modernizar o conteúdo das disciplinas e “expurgar a ideologia de Paulo Freire” (PSL, 2018, p.46) das escolas e universidades. O plano de governo também indica os seguintes eixos condutores das ações do Governo Bolsonaro para a educação superior:

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa....Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. (PSL, 2018, p. 46).

Em relação à inovação, ciência e tecnologia, o documento considera que o modelo atual de pesquisa e desenvolvimento no Brasil está esgotado, pois não pode depender exclusivamente de recursos públicos. Assim, segundo o documento, os jovens pesquisadores e os cientistas das universidades serão estimulados a buscar parcerias com empresas privadas, criando um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil.

No que se refere à política econômica, o plano de governo ressalta que é preciso garantir a estabilidade macroeconômica pelas seguintes ações fundamentais: ajuste fiscal permanente; Reforma da Previdência; independência do Banco Central; aumento das privatizações e das concessões ao setor privado; políticas de alívio da pobreza pelo Programa de Renda Mínima; modernização da legislação trabalhista, concebida pela livre negociação entre o trabalhador e o empregador com base no contrato individual que prevalecerá sobre a CLT; fim do monopólio da Petrobrás no gás natural; abertura comercial e redução de muitas alíquotas de importação, entre outras ações.

A análise dos documentos acima indicados (*O caminho da prosperidade*. Plano de governo e *Manifesto à nação: Brasil para os brasileiros*) evidencia as prioridades da pauta de ação política do Governo Federal (2019/2022):

- (i) O ajuste fiscal permanece como eixo condutor das políticas do Governo Federal em mais uma fase (ainda mais intensa) da contrarreforma do Estado pelo fortalecimento dos interesses privados locais e internacionais e o desmonte do serviço público federal;
- (ii) A inserção capitalista dependente do país na economia mundial será aprofundada pela relação estabelecida entre o Brasil e os países hegemônicos, apresentada especialmente nos itens relativos à política econômica (fim do monopólio da Petrobrás no gás natural; abertura comercial e redução de muitas alíquotas de importação, entre outras ações);
- (iii) O incentivo de uma política de armamento da população e de criminalização dos movimentos sociais pela reformulação do Estatuto do Desarmamento e pela tipificação das ocupações de propriedades rurais e urbanas organizada pelos movimentos sociais como terrorismo; e
- (iv) A contrarreforma da educação superior entra também em nova fase, marcada pela desqualificação do pensamento crítico e criativo e pela defesa da neutralidade axiológica da produção de conhecimentos, associada ao aprofundamento da sua privatização e mercantilização. Articula, também, o financiamento público para as IES privadas com a drástica redução das verbas públicas para a educação superior pública realizada pela EC 95 e pelos sistemáticos cortes, resultando, em curso prazo, na inviabilidade das tarefas de ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas brasileiras⁸.

Considerações finais

A análise dos documentos acima indicados evidencia os novos contornos da luta de classes no Brasil na atual fase da contrarrevolução preventiva, denotando a natureza ultraconservadora da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais, de exploração crescente da força de trabalho; de exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas; de privilégio dos setores privados e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais. Isso porque “a burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas

⁸ Consultar: Orçamento da educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões (ANDES, 2019).

energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica” (FERNANDES, 1968, p.90).

Está em curso a redefinição da “condição colonial permanente”, como afirmava Florestan Fernandes (1968) com o aprofundamento da condição heterônoma do Brasil na economia mundial. Ela atende, assim, aos padrões de dominação externa inerentes ao capitalismo financeiro, pela nova fase de privatização de áreas estratégicas da economia nacional e da contrarreforma da previdência, que garantirá a movimentação dos fundos de pensão, e ainda pela reafirmação do papel do país como exportador de *commodities*.

A articulação do padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico ganha novos contornos no cenário da contrarrevolução burguesa em curso no Brasil. A política do Governo Federal articula, nesta “modalidade duplamente rapinante de capitalismo” que constitui o capitalismo dependente, a sobre-apropriação repartida do excedente econômico com a superexploração da força de trabalho conduzida pela contrarreforma trabalhista, reduzindo postos de trabalho e ampliando, ainda mais, o desemprego e o subemprego no Brasil (ANTUNES, 2018).

A ofensiva ultraconservadora busca, assim, restaurar, de forma mais profunda e ágil, a sua pauta de ação política, e garantir o enfrentamento da queda das taxas de lucro. Estas frações não necessitavam mais das negociações conduzidas na fase anterior da contrarrevolução: cooptação das lideranças da classe trabalhadora e seu aburguesamento. Elas evidenciaram toda a natureza antinacional, antissocial e antidemocrática da burguesia brasileira, reconduzindo as bases do “capitalismo selvagem em sua mais pura expressão” (FERNANDES, 1995, p. 141).

Como afirmou Florestan Fernandes (1975) a superexploração da força de trabalho gera uma massa de trabalhadores condenados a níveis de vida absolutamente inferiores ao da subsistência. A resposta da burguesia brasileira expressa a sua natureza violenta e antissocial: o estímulo ao armamento e as políticas de criminalização dos movimentos sociais, de um lado e de outro, as políticas de desqualificação das críticas pela defesa de uma educação asséptica, destituída de crítica e criatividade para operar o apagamento e o apassivamento das lutas da classe trabalhadora por condições dignas de vida dentro da ordem burguesa e, especialmente, contra a ordem burguesa.

Trabalhadores e estudantes unidos enfrentam o avanço da extrema direita e a condução de seu projeto. As manifestações recentes em defesa da educação pública e contra a contrarreforma da Previdência, realizadas nos dias 15 e 30 de maio de 2019, e a convocação de uma greve geral para o dia 14 de junho de 2019 evidenciam que é nas lutas e nas ruas que as forças políticas de resistência e oposição à ofensiva ultraconservadora, conduzida pela contrarrevolução, se encontram.

Referências

ANDES. Orçamento da educação sofre corte de R\$ 5,83 bilhões. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/orcamento-da-educacao-sofre-corte-de-r-5-83-bilhoes1>. Acesso em: 2 jun.2019.

ANDIFES. *Nota à sociedade*. 28 de ago. 2017. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/52515-2/>. Acesso em: 7 jun. 2018.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo*. Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 7 mar.2017.

COLEMARX. *PNE – Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Novos elementos de pesquisa e de crítica. 2016. Disponível em: http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2016/12/PNE_2014_2024_V_final.pdf. Acesso em: 7 jul.2018.

DIAS, E. F. *Traição ou lógica?* 2004. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1002280985.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera*. Pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. FERNANDES, F. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Autores Associados, 1991.

FERNANDES, F. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. *Manifesto à nação*. O Brasil para os brasileiros. 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/>

10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

INEP. *Censo da educação superior 2010*. Divulgação dos principais resultados do censo da educação superior. 2010. Brasília, Inep/MEC, out.2011 Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

INEP. *Censo da educação superior 2016*. Notas estatísticas do censo da educação superior 2016. Brasília: Inep/MEC. 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

INEP. *Sinopse estatística da educação superior*. 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 maio 2019.

LIMA, K. *Contra-Reforma da educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, K. Plano nacional de educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. *Revista Universidade e Sociedade*, Brasília: n. 55, fev. 2015.

MINTO, L.W. *Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas*. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230011.pdf>. Acesso em: 7 jul.2018.

OLIVEIRA, R.D.S.; BATALHA, E. O. M. *O mito da “ideologia de gênero” nas escolas: uma análise sociológica da tentativa conservadora de silenciar o pensamento crítico*. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/12465>. Acesso em: 2 jun. 2019.

PENNA, F. *O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional*. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2016/07/penna-2007-o-escola-sem-partido-como-chave-de-leitura.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

PMDB. *Uma ponte para o futuro*. 2015. Disponível em: <https://www.fun-dacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2017.

PMDB. *A travessia social – Uma ponte para o futuro*. 2016. Disponível em: https://www.fun-dacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/TRAVES-SIA-SOCIAL-PMDB_LIVRETO_PNTE_PARA_O_FUTURO.pdf. Acesso em: 7 mar. 2017.

PSL. *O caminho da prosperidade*. Proposta de plano de governo. 2018. Disponível em: https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

SAMPAIO JR., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112. Out/dez 2012.

SAMPAIO JR., P. de A. *Crônica de uma crise anunciada*. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.

UGÁ, V. *A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial*. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2019.

DOI: 10.12957/rep.2019.45207

Recebido em 14 de junho de 2019.

Aprovado para publicação em 24 de junho de 2019.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.